

# Um estudo sobre a educação das crianças negras em pelotas no pós-abolição<sup>1</sup>

*Un estudio sobre la educación de niños negros en pelotas en la post-abolición*

*A study on black children education in pelotas in the post-abolition*

**Adriana Barboza Roschild<sup>2</sup>**

**Adriana Duarte Leon<sup>3</sup>**

## Resumo

Esta pesquisa tem como finalidade analisar a educação dos negros no período pós-abolição. Especialmente, abordar como aconteceu a inserção das crianças negras na escola pública brasileira. Para a realização desta pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica. Desde a formação do Brasil, que data do período colonial, a população brasileira conta com um elevado número de indivíduos negros, muitos foram trazidos da África, para trabalharem no país como escravizados. No território brasileiro, o regime escravocrata ocorreu em diferentes regiões, em exemplo na cidade de Pelotas. A educação das crianças negras no Brasil e no município pelotense, foi realizada principalmente no intuito de formar trabalhadores para o mercado de trabalho, muitos sofriam vários tipos de violência, dentre elas, agressões físicas. Porém, mesmo com tais adversidades, a população negra nunca deixou de lutar pelos seus direitos, dentre eles, a educação.

Palavras-Chave: Educação; crianças negras; Pós-abolição; Pelotas.

## Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar la educación de los negros en el período posterior a la abolición. Especialmente, para abordar como los niños negros ingresaron a las escuelas públicas brasileñas. Para la realización de esta investigación se utilizó un enfoque cualitativo, basado en la investigación bibliográfica. Desde la formación de Brasil, que data del período colonial, la población brasileña ha tenido un alto número de individuos negros, muchos de los cuales fueron traídos de África, para trabajar en el país como esclavos. En el territorio brasileño, régimen esclavista se desarrolló en diferentes regiones, por ejemplo en la ciudad de Pelotas. La educación de los niños negros en Brasil y en el municipio de Pelotas, se llevó a cabo principalmente con el fin de capacitar a los trabajadores para el mercado laboral, muchos sufrieron diversos tipos de violencia, entre ellos, agresión física. Sin embargo, incluso con tales adversidades, la población negra nunca dejó de luchar por sus derechos, entre ellos, la educación.

Palabras claves: Educación; niños negros; Post-abolición; Pelotas.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no VI Encontro Humanístico Multidisciplinar e V Congresso latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2020.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologias, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; [adrianaroschild@hotmail.com](mailto:adrianaroschild@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Educação; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Belo Horizonte, Minas Gerais, Professora do IFSUL/ Campus Pelotas, Brasil; [adriana.adrileon@gmail.com](mailto:adriana.adrileon@gmail.com).

### Abstract

This research aims to analyze the education of blacks in the post-abolition period. Especially, approaching how the insertion of black children happened in Brazilian public schools. To perform this research, a qualitative approach was used, based on bibliographic research. Since the formation of Brazil, which dates from the colonial period, Brazilian population has a high number of black individuals, many were brought from Africa to work in the country as slaves. In Brazilian territory, the slavery regime occurred in different regions, for example in the city of Pelotas. The education of black children in Brazil and in the Pelotense municipality was performed mainly in order to train workers for the labor market, many suffered various types of violence, including physical assaults. However, even with such adversities, black population never stopped fighting for their rights, among them the education.

Keywords: Education; black children; Post-abolition; Pelotas.

## 1. Introdução

Este estudo aborda a história da educação dos negros no pós-abolição, em especial a trajetória das crianças negras no município de Pelotas, na década de 1920. Visa analisar como ocorreu a inserção dos menores negros na escola pública.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica. Esta, tem como finalidade auxiliar e facilitar a compreensão dos dados coletados no decorrer da pesquisa. “As pesquisas qualitativas partem do princípio de que a realidade não existe por si só, mas na interpretação que as pessoas fazem da realidade [...]”. (MALHEIROS, 2011, p. 206).

Desde o início da organização do território brasileiro, a população negra apresenta-se como uma característica marcante na estrutura demográfica do Brasil, tal processo remonta ao período de colonização e pode ser descrito pelo elevado índice de negros trazidos do continente africano para o país, sendo esses utilizados como trabalhadores escravizados.

A escravidão no Brasil estendeu-se por todo o período colonial e imperial. Os colonizadores portugueses ao chegarem no Brasil beneficiaram-se com o trabalho de escravizados indígenas e negros. Em face do mercantilismo, buscou-se suprir as necessidades de produção para o mercado externo, no qual precisou-se de elevado número de trabalhadores, tanto para desenvolver atividades nas lavouras, mineração e outros serviços que necessitavam da força braçal. A utilização do trabalho escravizado ocorreu em diferentes regiões do Brasil. No Sul, com o advento das charqueadas no ano de 1780, ocorreu um aumento do número de escravos negros, utilizados para trabalharem nos respectivos estabelecimentos.

Em Pelotas, o sistema escravista ocorreu de forma gradativa desde o século XVIII, no qual provocou um aumento expressivo de escravizados negros. Um dos principais objetivos do investimento em escravos, era atender as demandas de trabalhadores na indústria saladeiril das charqueadas. De acordo com Loner (2017), no ano de 1833, a população escravizada no

município de Pelotas era composta aproximadamente de 5.632 sujeitos, somando mais que a metade, com 51, 7% da população inteira. Importante salientar que, o sistema escravocrata não era realizado de forma tranquila, e sim pelo modo coercitivo, os indivíduos negros sofreram vários tipos de violência, principalmente física.

## 2. A educação da população negra no Brasil

A diáspora africana é um processo longínquo, no qual pesquisas revelam que entre os séculos XVI e XIX, cerca de dez milhões de africanos foram trazidos para o continente americano na condição de escravo, em torno de 38% foram destinados para o Brasil, contabilizando mais de três milhões e quinhentos mil pessoas. (FONSECA, 2011).

A violência sofrida pelos escravos provocou a resistência dos mesmos contra a escravidão, os negros escravizados começaram a fugir em grupos, em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, estes passaram a viver em aldeias, dando início a formação dos quilombos<sup>4</sup>. Conforme Mattos (2007):

As fugas de escravos eram, com frequência, mencionadas em anúncios de jornais, feitos pelos proprietários que procuravam seu cativo fugido ou por qualquer outra pessoa que encontrasse escravos vagando pela cidade sem possuir licença para isso. [...]. (MATTOS, 2007, p. 129).

A formação dos quilombos estava diretamente ligada à fuga dos escravos, na busca pela liberdade, porém não era uma situação fácil e nem agradável, pois os cativos eram procurados como escravizados fugidos e tratados como criminosos. No Brasil, o quilombo mais famoso da história do país foi quilombo dos Palmares, formado no século XVII, localizado na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco. (AMARAL, 2011).

Nos quilombos, os negros praticavam diferentes atividades, sendo que muitas delas aprenderam nos treinamentos de ofícios quando estavam em cativeiro. O quilombo dos Palmares possuía uma estrutura complexa de organização, com ruas, casas e capelas. Este, contava com oficinas de fundição, produção de cerâmica, utensílios e atividades direcionadas para a agricultura, como a cultura de feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Existiam diversas aldeias, sendo que cada uma tinha um respectivo chefe e todas comandadas por um

---

<sup>4</sup> Os quilombos ou grupos de fugitivos existiram em diferentes áreas dispersas pela América escravista.

núcleo principal, nela morava o líder do quilombo, o mesmo era responsável por todo grupo. (MATTOS, 2007).

Salienta-se que, mesmo com a resistência dos negros a escravidão e a fuga para os quilombos, a população negra apresentava um expressivo contingente populacional em diversas regiões do Brasil. No decorrer do período escravocrata muitos permaneciam em regime escravo, porém alguns negros passaram a frequentar a escola. De acordo com Fonseca (2009), Minas Gerais foi um dos estados brasileiros que mais destacou-se no desenvolvimento de iniciativas no âmbito educacional. O acesso dos negros a escola, no início do século XIX, eram registrados em listas realizadas pelos professores da época. Ainda Fonseca (2009), destaca:

O conjunto das nove listas dos professores de primeiras letras, que atuaram em Minas Gerais nos anos de 1820 e início de 1830, revela que os negros compunham a maioria dos alunos presentes em suas aulas e, mesmo quando não eram a maioria, estavam presentes em número próximo ao dos alunos brancos. (FONSECA, 2009, p. 591).

A educação dos negros na fase da escravidão esteve atrelada na maioria das vezes ao castigo, a disciplina e a violência. No entanto, a caracterização feita por alguns donos de escravos, em relação aos escravizados que fugiam dos cativeiros, eram realizadas em notas de jornais e demonstrava que os cativos possuíam algum tipo de instrução. As experiências educativas de alguns escravos fugidos podiam ser confirmadas a partir de alguns anúncios realizados no periódico de Minas, meio de comunicação do Estado de Minas Gerais, entre os anos de (1868-1872). Conforme Nogueira (2015), certos donos descreviam a maneira de falar dos escravos, quanto mais mansa e suave a fala, estes eram tidos pelos seus proprietários como os mais inteligentes e intelectualizados.

Nessa mesma linha de pensamento, a opressão sofrida pela população negra no período de escravidão foi marcada em especial pelo racismo, através de diferentes preconceitos, principalmente relacionado a cor da pele dos indivíduos negros. Mesmo com as agressões sofridas na fase escravocrata, os negros nunca deixaram de lutar e reivindicar seus direitos, em prol de melhores condições de vida, dentre elas a educação.

Com a lei do ventre livre em 1871, a educação foi acionada como estratégia de dominação em relação aos negros no Brasil, em especial na obtenção e manutenção do trabalho escravizado, conforme o primeiro artigo da respectiva lei, os filhos menores ficariam sob o domínio dos senhores donos de suas mães, esses teriam a obrigação de criar as crianças até a idade de oito anos. Ao chegar a essa idade, os infantes ficavam sob a guarda senhoril, os

padrões tinham duas opções, receber uma certa quantia de dinheiro como indenização ou aproveitar-se dos serviços dos menores até estes completarem 21 anos de idade. De acordo com Fonseca (2002):

Ao contrário do que se possa pensar em relação à educação enquanto mecanismo de uma possível promoção social dos negros em uma sociedade livre e de um discurso transformador, o que encontramos foi a construção de sofisticadas estratégias de dominação, cujo aspecto mais relevante foi a tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com a sociedade escravista. (FONSECA, 2002, p. 184).

Com o fim do regime escravocrata no Brasil, decretado pela lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, os negros passaram por diversos desafios, dentre eles, a discriminação e a não aceitação na sociedade. Devido ao advento abolicionista, mudanças ocorreram na história política do país, iniciava-se uma nova fase da sociedade brasileira, os negros escravizados passaram a ser livres e a formar um novo grupo de trabalhadores do país, conforme assevera Fonseca (2002):

O processo de abolição do trabalho escravo no Brasil, em geral, é entendido como um dos principais marcos da história política do País, representando uma ruptura com um passado de atraso e início do processo de constituição de uma sociedade moderna. O trabalho livre é compreendido como um dos principais elementos dessa reviravolta no encaminhamento da sociedade brasileira. Nos últimos anos esse marco político vem sendo objeto de várias investigações – que têm buscado mais que a compreensão do fim do trabalho escravo como um fato importante na história política, para avaliar seus múltiplos significados em relação à formação da sociedade brasileira nos seus diferentes aspectos. (FONSECA, 2002, p. 23).

Os discursos dos governantes e da elite do século XIX, em especial no período imperial, esteve voltado para a escolarização de crianças pobres e livres, classificadas como camadas inferiores da sociedade, sendo que tal ensino não poderia ultrapassar o elemento básico de aprendizagem, ler, escrever e contar. Percebe-se que nesse período a educação das crianças negras era tida como um investimento, principalmente direcionada na formação para o mundo do trabalho. (SÁ, 2007, p. 39 *APUD* FARIA FILHO, 2000).

A inserção da população negra nas instituições públicas é algo longínquo, no entanto alguns dados apresentados pela historiografia brasileira descrevem que os negros não tiveram acesso à escola. A primeira Constituição Brasileira de 1824, através do artigo 179, apresenta como garantia a inviolabilidade dos direitos civis e Políticos dos cidadãos brasileiros, como outros dispositivos, o item 32 do respectivo documento reforça a instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos. Diante disso, conclui-se que os negros livres não tiveram o direito

negado de frequentar a escola pública e gratuita, porém somente aqueles em situação de escravização, pois estes não eram identificados como cidadãos. (BRASIL, 1824).

Na sucessão dos anos, a palavra negro e escravo foram em alguns momentos utilizadas como sinônimos pela historiografia brasileira, surtindo grandes equívocos, dentre eles, a falta de diferenciação da descrição da cor e condição jurídica da população negra. Dessa forma, temos como exemplo a carência de dados sobre a presença das crianças negras nas escolas. Algumas afirmações repetitivas descrevem que os negros eram impedidos de frequentarem as instituições de ensino, sendo que na realidade somente a escravaria negra que não podia ocupar os bancos escolares.

A busca por melhores condições de vida, fez com que a população negra fosse atrás da igualdade de direitos e a integração em diferentes espaços da sociedade, uma das principais lutas realizada pela população negra no decorrer dos anos, vem sendo a educação.

### **3. A educação das crianças negras da cidade de Pelotas**

Para elucidar a trajetória da população negra da cidade de Pelotas, julgou-se importante trazer um pouco da história do município. O início do território pelotense remonta ao período de criação das charqueadas. Em 1779, José Pinto Martins, português que vivia no Ceará, local onde praticava a fabricação de carne seca, veio para a província de Rio Grande em busca de ampliar a investida em estabelecimentos de produção de charque, bem como fugir da seca que assolava o estado cearense. No ano de 1779, o retirante, funda uma charqueada às margens do arroio Pelotas, dando estímulo para a fundação de outras demais charqueadas, espalhadas pelo território rio-grandense, firmando-se assim a constituição da indústria saladeiril. Em 07 de julho de 1812, o território rio-grandense é elevado a freguesia, sendo denominado São Francisco de Paula. Em, 1830, passa a ter a condição de Vila, mantendo-se com o mesmo nome, somente em 1835, passará a ser chamado de cidade de Pelotas. (MAGALHÃES, 1999).

Com o advento das charqueadas, a cidade de Pelotas teve um desenvolvimento urbano expressivo, com construções de diversas casas e mansões. Para a realização dos serviços, tanto nas obras da cidade, bem como na indústria do charque, foi utilizado o trabalho de escravizados negros. A fim de suprir a demanda de trabalhadores, a aristocracia pelotense julgou necessário trazer um elevado contingente de negros para o município, a maioria eram oriundos do continente africano. A localização das charqueadas ficava à margem do arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, o espaço da produção do charque foi um local onde consolidou-

se o sistema escravista rio-grandino. A exploração do trabalho cativo era realizada através da violência e opressão. As condições de trabalho existentes nos estabelecimentos eram na maioria das vezes inadequadas e desumanas. De acordo com Gutierrez (2001), “O espaço fabril foi descrito como um ambiente mórbido, insalubre, que chegava a alcançar o macabro [...]”.

As atividades realizadas pelos escravizados negros eram diversas, dentre elas, a matança de gado, corte das carnes, condução dos animais para a abate, produção do charque, serviços diversos nas dependências dos proprietários das indústrias charqueiras, entre outros. Conforme sinaliza Vargas (2013), no início da década de 1820, o município pelotense contava com 22 charqueadas, em 1854 o número de estabelecimentos aumentou para 37, em 1878 contabilizava em 38 indústrias.

Através da indústria saladeiril, Pelotas tornou-se um dos mais importantes centros industriais e comerciais, vindo a fortalecer a riqueza das famílias abastadas residentes na cidade. No entanto, a opulência adquirida por alguns grupos residentes no município, era resultado do trabalho árduo e sofrido do servilismo negro. Salienta-se que, a aristocracia pelotense podia proporcionar aos seus filhos uma vida de luxo, tanto como vestimentas, moradia, e estudos no exterior, diferentemente das famílias constituídas pela classe menos favorecida, consideradas pobres.

Em meados do século XIX, a cidade de Pelotas contava com a criação de algumas instituições assistenciais, tendo como finalidade retirar das ruas a infância abandonada, bem como homens e mulheres em situação de vulnerabilidade. Em 1855 foi fundado o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, para abrigar meninas, sendo a maioria negras, em 1891 foi estabelecido o Asilo de Mendigos, que atendia crianças, mendigos, e desempregados que perambulavam pelas ruas em situação de pobreza. Na maioria das vezes, os abrigos de infância tinham como finalidade o abrigo de meninas, estes apresentavam a impressão de confinamento e reclusão em tais ambientes. Já os destinados para os meninos pobres foram estipulados a partir de outras medidas, entre elas a instrução e o ensino para o trabalho, através da disciplina, tendo como finalidade evitar o ócio e vícios que pudessem se manifestar nos infantes.

No ano de 1877 iniciou-se na Biblioteca Pública Pelotense (BPP), os cursos noturnos masculinos de instrução primária, tendo como objetivo atender os grupos de homens pertencentes a classes populares, como, trabalhadores, os que estavam à procura de emprego ou os próprios desempregados, bem como crianças, dentre elas, negras. Os livros de matrículas apresentavam o registro de profissões dos educandos, estas estavam relacionadas

especialmente ao desenvolvimento de trabalhos domésticos e manuais, a maioria dos alunos eram, [...] “criados, artistas, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, caixeiros, chapeleiros e ferreiros”. [...]. Além dos adultos, tais atividades também eram realizadas em grande parte por crianças, com idade entre os sete e oito anos. (PERES, 2002, p. 96).

Com o início da República, as iniciativas realizadas pela elite pelotense, em prestar assistência a população pobre vinha ao encontro da idealização de uma cidade com nível sofisticado, livre de pessoas vagantes e em situação de miséria. Peres (2002, p. 44), aborda que [...], “As crianças, os doentes, os mendigos, os desempregados que vagavam pelas ruas não combinavam com uma cidade que detinha o título de ser a mais aristocrática de toda a Província. [...]”. Ainda a autora, reforça que havia três formas essenciais para controlar as classes populares, a educação atrelada ao trabalho, a repressão e a segregação. Loner (2016, p. 54), ao trabalhar sobre a construção da classe operária pelotense sinaliza que, “[...] A educação era vista pelas classes dominantes como a grande arma de capacitação e qualificação do trabalho, ferramenta indispensável para o progresso[...]”.

Em 1917, foi fundada em Pelotas a Escola de Artes e Ofícios, essa finalizava-se em fornecer educação aos “pobres e desvalidos”, tal expressão foi utilizada na época no intuito de descrever a finalidade da instituição, sendo esta destinada ao público pobre. Visava evitar que tais indivíduos chegassem ao mundo da criminalidade, vícios e ociosidade, principalmente pela falta de instrução. Conforme Meireles (2007), a escola foi fundada, porém não teve a efetivação das atividades. No entanto, somente 13 anos após o educandário foi doado para o município e passou a ser chamado de Escola Técnico Profissional (ETP), começando a execução dos trabalhos no início do ano de 1930, tendo como objetivo o ensino técnico, destinado a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho.

Nos anos seguintes, tanto no Brasil, como em Pelotas, diversas reivindicações foram se manifestando, em prol de melhorias, em diferentes seguimentos, em exemplo o direito a educação. Muitas solicitações foram realizadas pela população negra. Diante disso, a partir das várias mobilizações promovidas por jornais e associações, no dia 16 de setembro de 1931 foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade negra nacional de cunho político, tendo como objetivo principal inserir o negro na sociedade e suprir as desigualdades sociais. (SANTOS, 2003). Conforme Amaral (2011):

[...] A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada com esse propósito na rua liberdade, na capital paulista, em 1931, e daí se espalhou pelo país. A idéia da FNB era então integrar o negro aos padrões de comportamento predominantes na sociedade, para que assim pudessem superar as desigualdades sociais. Era também uma maneira de fazer frente a possíveis projetos segregacionistas de muitos brancos

que almejavam o isolamento do negro do resto da população. A maior novidade da FNB foi propor que participar como negros da vida política do país seria o caminho mais eficaz para superar as desigualdades raciais. (AMARAL, 2011, p. 81).

A frente negra brasileira possuía filiais em vários estados e em algumas cidades do país. Esta, visava inserir os negros na sociedade. A comunidade negra buscava adquirir os mesmos direitos que eram em sua maioria usufruídos somente pela população branca. De acordo com os Estatutos da Frente Negra Brasileira, a instrução era um dos principais mecanismos que poderia proporcionar aos indivíduos negros as condições necessárias para competir no mercado de trabalho. De acordo com (SANTOS, 2003, p. 157), [...] “Só a instrução daria condições ao segmento social negro de disputar com o grupo racial branco com relativo êxito”. [...].

Dois anos após a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 10 de maio de 1933, com os mesmos propósitos da (FNB), foi fundada na cidade de Pelotas a Frente Negra Pelotense. “A Frente Negra de Pelotas tinha como principal preocupação o “Preconceito das Cores” que assolava os negros pelotenses” [...]. (SANTOS, p. 175, 2003). No intuito de combater tal discriminação sugeria-se que além da proposta de instruir os negros, era também necessário lutar pela união dos próprios negros, pois existiam alguns problemas que acabavam desorganizando a população negra, dentre estes estava a baixa auto-estima interiorizada por alguns. Algumas frases buscavam valorizar o grupo negro, como incentivá-los a reconhecer a sua própria cor e não ter vergonha da mesma, em exemplo, “Negro meu irmão, não te envergonhes da tua cor”. (SANTOS, 2003, p. 175).

A cidade de Pelotas possuía a imprensa negra representada no jornal, um dos jornais que se destacou por trazer discussões sobre a imprensa negra brasileira e pelotense, foi o jornal, “A Alvorada”, criado em 05 de maio de 1907 no município, este circulou até 13 de maio de 1965, considerado um dos jornais com maior longevidade do Estado do Rio Grande do Sul. Era também chamado de Imprensa negra ou imprensa alternativa negra brasileira, tendo como público principal chamados “os da raça”, formado pela população negra. No respectivo jornal uma das reivindicações era a instrução obrigatória para a população negra. Além da educação outras lutas eram apresentadas nos semanários do periódico, como o acesso ao lazer. Tais iniciativas visavam sanar a intensa segregação existente no município pelotense. (SANTOS, 2003).

Além da contribuição dos jornais, em prol da educação dos negros, outro avanço importante relacionado ao ensino brasileiro ocorreu através da publicação dos PCNs, (Parâmetros Curriculares Nacionais), realizado no ano de 1997. Este, tem como função

orientar e garantir a coerência dos investimentos destinados ao sistema educacional, entre outras iniciativas. Com isso, a escola passou a abordar diferentes temas a partir da forma transversal, dando oportunidade para que cada área de conhecimento possa discutir diversos assuntos, dentre eles, a cultura afro-brasileira, não somente os temas específicos de uma determinada disciplina. (BRASIL, 1997).

Conforme os PCNs (1997), através da transversalidade, o professor pode trazer em discussão temas sociais que fazem parte da realidade do aluno, como: saúde, meio ambiente e pluralidade cultural. Com isso, o estudo da cultura afro-brasileira e suas especificidades pode ser destacado como um tema transversal. Anteriormente, os ensinamentos da cultura afro-brasileira eram abordados principalmente na disciplina de história. Todavia, com a transversalidade pode ser trabalhado em diferentes áreas de conhecimento. (BRASIL, 1997).

A luta pela educação foi uma das principais reivindicações da população negra no Brasil. Uma das grandes conquistas da população negra organizada na atualidade, foi a aprovação da Lei de 11.645, de 10 de março de 2008, altera o artigo 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio, conforme o:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008, n. p).

#### **4. Considerações finais**

Conclui-se com este estudo que a população negra obteve acesso tardio a educação, pois somente o negro liberto tinha o direito de frequentar a escola e considerando a escassez e localização urbana dos estabelecimentos educacionais, poucos tinham acesso.

A necessidade de qualificar a mão de obra, em meados do século XX, vai impulsionar os espaços educacionais que atendam jovens e futuros trabalhadores, dentre estes jovens negros.

A cidade de Pelotas preocupou-se primeiramente com a infância desvalida e abandonada, buscou imprimir nas ruas características de um centro urbano desenvolvido, nessa cena não cabia crianças vagando pelas ruas. Nesta perspectiva, nota-se a criação de instituições asilares, que tinham o objetivo de alocar, cuidar e educar as crianças pobres.

A educação escolar foi uma constante nas reivindicações dos negros brasileiros, pois visualizam que a educação pode estabelecer a emancipação social da população negra e pode minimizar as desigualdades sociais e raciais presentes na estrutura da sociedade.

Por fim, abordar a educação dos negros no Brasil ou em Pelotas não é uma tarefa fácil, principalmente pela invisibilidade das fontes e a complexidade do tema em questão. Dessa forma, estudar a educação dos negros é uma ação necessária, a fim de entender a história educacional do Brasil e fomentar futuras pesquisas sobre o tema.

### Referências

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. Brasília. Ministério da Educação, 2011.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 07/09/2020.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 07/11/2011.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, Ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. >Acesso em: 08 de nov. 2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 08/11/2018.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. *O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX*. Educação e Pesquisa. v. 35, n.3, São Paulo, set/dez, 2009. p. 585-599. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/12.pdf>. Acesso em 07 de nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Relações étnico - raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias* : um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

LONER, Beatriz. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas, ed. UFPel, 2016.

\_\_\_\_\_. Escravidão. In: LONER, Beatriz (Org). *Dicionário da História de Pelotas*. 3ª ed. Pelotas: Editora da UFPEL [FAU – Fundação de Apoio Universitário, 2017.

MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAGALHÃES, Mário Osório. *História e Tradições da Cidade de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário Ltda, 1999.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. *Das Artes e Offícios à Educação Tecnológica: 90 anos de História*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2007.

NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org). *População Negra, escravismo e educação no Brasil: século XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

PERES, Eliane Teresinha. *Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 - 1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SÁ, Figueiredo de. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá, ed. UFMT, 2007.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. 505f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.